

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL: DIFICULDADES DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR (IFES) PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS SEUS SERVIDORES

Cynthia Alves Marino (1); Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa (2)

(1 - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: cynthia-marino@hotmail.com; 2 - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: aparecidatcosta@hotmail.com)

Resumo: Este estudo de caso, de natureza qualitativa, busca relacionar as dificuldades que uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), situada no município de Recife/PE, enfrenta para promover a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) dos seus servidores, na atualidade. Tal questão é respondida tendo como base a representação dos profissionais que atuam na promoção da saúde dos servidores na instituição pesquisada. Transformar o ambiente laboral na busca pela QVT envolve fatores diversos relacionados às condições de trabalho - postos de trabalho, fatores psicossociais e saúde. A QVT no serviço público federal, apesar de sua importância, ainda é objeto raro nas produções acadêmicas. A fundamentação teórica foi construída com os estudos sobre as políticas públicas e a promoção da saúde no âmbito do serviço público, tais como: Schultz et al. (2016), Bizarria e Tassigny (2013), Ferreira, Alves e Tostes (2009), Noro e Kirchhof (2004), Búrigo (1997), dentre outros, além dos marcos legais e regulatórios. A metodologia foi constituída pela análise documental e entrevista semiestruturada, além de possuir a Análise de Discurso como processo de análise dos dados coletados. Infere-se que a IFES pesquisada enfrenta dificuldades para implementar as ações que promovam a saúde dos seus servidores públicos, tais como: insuficiência de recursos financeiros, desinteresse dos servidores, desarticulação entre os setores responsáveis pela gestão de recursos humanos, obsolescência dos recursos materiais e ambientes laborais inadequados. O bem-estar dos servidores públicos merece receber mais atenção da administração pública. A precarização das condições de trabalho pode contribuir para o adoecimento, que gera faltas ao serviço, interrupção das rotinas de trabalho e usuários insatisfeitos.

Palavras-chave: Saúde do servidor. Servidor público. Qualidade de vida no trabalho.

INTRODUÇÃO

Promover a saúde das pessoas nas organizações pode ser considerado com uma estratégia para garantir a sua sobrevivência, além de trazer melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) dos funcionários.

A QVT busca integrar os objetivos da empresa aos do empregado, através de um local de trabalho que vise à saúde, o bem-estar e a manutenção das relações sociais, condições para aumentar a satisfação e a expectativa de vida do seu pessoal e bons resultados para o empregador.

Para a administração pública, melhorar a qualidade de vida dos servidores é melhorar os serviços oferecidos ao cidadão. Ainda que se reconheça a importância dessa melhoria, ainda há poucos estudos sobre a QVT no serviço público.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar o debate sobre a insuficiência de políticas relacionadas à saúde do servidor, além de contribuir com a escassa literatura sobre a QVT no setor público. Desse modo, o objetivo

deste trabalho é relacionar as dificuldades que a IFES em questão enfrenta na promoção da saúde dos seus servidores, pela perspectiva dos profissionais que atuam nessa área.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT) NO SERVIÇO PÚBLICO

Desde o seu surgimento, o homem se preocupa com a QVT, buscando formas de melhorar as condições do seu ambiente de trabalho, aumentar a satisfação e o bem-estar (RODRIGUES, 1998). Em 1700, o médico italiano Bernardino Ramazzini publicou o livro intitulado “As Doenças dos Trabalhadores” (*De Morbis Artificum Diatriba*), que descrevia patologias relacionadas às tarefas exercidas por pessoas de várias categorias profissionais.

Mas a QVT só se tornou uma questão preocupante para as organizações a partir da década de 1970, e especialmente para o Brasil, a questão tornou-se relevante, duas décadas depois (FERREIRA, ALVES e TOSTES, 2009). A QVT envolve fatores múltiplos ligados ao cotidiano do trabalhador, relaciona-se tanto aos postos de trabalho, como às condições psicossociais e de saúde.

Já no foco pessoa, a temática de QVT também se estende a levantamento de riscos ocupacionais do trabalho, ergonomia, questões de segurança e saúde do trabalho, carga mental, esforços repetitivos, comunicação tecnológica, psicologia do trabalho, psicopatologia, significado do trabalho, processos comportamentais, expectativas, contrato psicológico de trabalho, motivação, liderança, fidelidade, empregabilidade. (LIMONGI-FRANÇA, 2011, p. 23-24)

Para a organização, investir em QVT significa aumentar a produtividade, pois a lógica é a de que funcionários satisfeitos produzem mais e melhor, entretanto na administração pública, significa melhoria dos serviços prestados ao cidadão (BÚRIGO, 1997). Os usuários dos serviços públicos merecem ser tratados com respeito e ter suas demandas atendidas, pois a remuneração recebida pelos servidores é custeada com os impostos pagos direta ou indiretamente pelo cidadão (BRASIL, 1994).

De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1988, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, “[...] servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público”. Os servidores das IFES são regidos por estatuto e ingressam na carreira através de concurso público, de provas ou provas e títulos.

A terceirização, a privatização das empresas estatais e as condições de trabalho precárias, as quais estão expostos os servidores, acentuam o sentimento de insegurança e de desvalorização do serviço público (LANCMAN *et al*, 2007). Negligenciar o bem-estar do servidor público, significa negligenciar, também, a destinação dos impostos pagos pelo

contribuinte.

No âmbito das IFES, as ações direcionadas para a qualidade de vida no trabalho são focadas na saúde dos servidores, ao invés de atuarem na melhoria do ambiente de trabalho, que pode ser a fonte do adoecimento (BIZARRIA e TASSIGNY, 2013).

Em estudos realizados em IFES constatou-se que: os distúrbios osteomusculares foram queixas frequentes entre os sujeitos pesquisados (SCHULTZ *et al.*, 2016); a Lesão por Esforço Repetitivo (LER) / Distúrbios Ósteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), dependência de álcool e a depressão são apontados por um dos participantes da entrevista como as doenças mais comuns entre os servidores (SOUZA e REIS, 2013); e a dependência de álcool foi mencionada como um dos motivos das licenças concedidas aos servidores (NORO e KIRCHHOF, 2004).

As faltas ao trabalho, de um modo geral, podem acarretar na perda da qualidade do serviço prestado à sociedade (SOUZA e REIS, 2013). Nem sempre a Administração Pública possui recursos humanos suficientes para substituir o afastado. Nos setores onde há apenas um servidor responsável por determinada função, a ausência acarreta na interrupção do atendimento ao público e insatisfação dos cidadãos.

Com o intuito de normatizar a construção de um sistema integrado que pudesse fornecer ações de assistência à saúde do servidor, foi instituída a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS), já que até então não existiam meios de regulação. A PASS orienta as ações de atenção à saúde do servidor. Sobre a criação da PASS:

[...] criada em 2007 para ser uma política universal, equânime e com diretrizes de natureza normatizadora. Ela está baseada na equidade e na universalidade de direitos e benefícios e fundamentada na abordagem biopsicossocial, na informação epidemiológica, no trabalho em equipe multidisciplinar com conhecimento interdisciplinar e, na avaliação constante dos locais de trabalho. (SANTOS, 2016, p.11)

Com a criação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS) e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor, em 2009, a administração pública conseguiu armazenar os dados médicos dos servidores, de modo integrado, assim o SIASS funciona como uma rede de informações. O SIASS surgiu como desdobramento da PASS. Além de funcionar como um banco de dados, o SIASS permite a uniformização das ações de assistência à saúde dos servidores.

Para padronizar a implantação da PASS, foi instituída a Norma Operacional de Atenção à Saúde do Servidor (NOSS) (SANTOS, 2016).

METODOLOGIA

A construção deste artigo corresponde ao recorte de uma pesquisa de natureza qualitativa. Esse tipo de pesquisa se ocupa com a subjetividade e com as condições para responder às questões que não podem ser quantificadas (MINAYO, 1999).

A pesquisa configura-se num Estudo de Caso por buscar entender os fenômenos organizacionais e sociais de uma IFES determinada.

Para coletar os dados necessários foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três servidores, que foram nomeados de P1, P2 e P3 para preservar a intimidade dos participantes, lotados no Departamento de Qualidade de Vida (QVT), setor responsável pelas ações de promoção da saúde dos servidores. A entrevista e os documentos são fontes de evidência para a construção do Estudo de Caso (YIN, 2001).

Na pesquisa em questão, foi desenvolvida a análise documental com base nos seguintes documentos: Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal; e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. No bojo da análise documental se incluem os documentos do DQV, que informam sobre os servidores ativos, que se afastaram das atividades laborais por motivo de saúde e os servidores do DQV que responderam a pesquisa acerca das questões relacionadas à promoção da saúde.

As três entrevistas foram realizadas no mês de junho do ano de 2017. A entrevista semiestruturada enriquece a pesquisa, pois proporciona liberdade e espontaneidade ao entrevistado (TRIVIÑOS, 1995).

Durante a entrevista os participantes foram questionados sobre os aspectos relacionados à saúde do servidor na IFES pesquisada, tais como: Os desafios enfrentados pela IFES nas questões relacionadas à promoção da saúde do servidor; Análise do ambiente laboral da IFES; Patologias mais frequentes apresentadas pelos servidores da IFES; e Adoecimento do servidor.

A pesquisa tem como universo uma universidade pública federal, situada no município do Recife/PE. A referida instituição oferta, atualmente, 54 cursos de graduação, 56 de pós-graduação *stricto sensu*, níveis mestrado e doutorado, além dos cursos de especialização *lato sensu*, os cursos de educação à distância e os cursos técnicos. No ano de 2016, a IFES pesquisada possuía 2.224 servidores ativos, dentre técnicos administrativos e docentes.

A metodologia utilizada no tratamento das informações coletadas foi a Análise de Discurso (AD), visto que de acordo com Orlandi (2005, p. 15), a AD “concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhorar as instalações de trabalho e implementar Programas e Campanhas, nem sempre há verbas suficientes, como fica claro na fala de um dos participantes: “[...], ou a gente desembolsa do bolso, para a compra dos insumos, para a realização das campanhas, ou a gente recorre a patrocinadores, [...]”. P1

Seja por falta de dinheiro para realizar as mudanças nos postos de trabalho ou por resistência por parte dos servidores e suas chefias, as ações educativas não são suficientes para gerar mudança. De acordo com P1: “[...] se a gente promove, insiste, em disseminar o que é promoção da saúde, mas o servidor, [...], ou aquela chefia [...], não consegue implementar [...], o que aprendeu, então a gente fica muito limitada na nossa ação, e isso é frustrante”. Para P2: “[...]. Mas tem algumas considerações, que precisam de recursos. [...] melhorar os ambientes de trabalho, [...]”.

Como tentativa de sensibilização e adesão dos servidores aos Programas e Campanhas, o DQV utiliza as redes sociais como forma de divulgação dos vídeos com temas relacionados à promoção da saúde, como se pode observar no discurso de P1:

“[...] Ao invés de fazer palestras internas de promoção da saúde, [...] criou um cronograma para gerar doze vídeos, cada vídeo para um mês, com determinado tema. [...] verifica no *facebook* institucional que já tiveram várias visualizações. [...] o impacto desses vídeos é bem maior do que [...] convidar para assistir uma palestra aqui. [...]”.

O desajuste entre os postos de trabalho e os servidores, tanto nas instalações físicas como nas relações sociais, pode causar efeitos danosos à saúde, conforme o discurso de P3: “[...] eu tenho recebido vários casos de adoecimento psíquico relacionados às condições de trabalho. Tanto de relacionamento, como gestão, como condições físicas de trabalho”.

Os casos de adoecimento dos servidores recebidos pelo DQV são utilizados para a formulação dos Programas e Campanhas de promoção da saúde. P1 enfatiza a importância dos dados contidos nos atestados médicos: “[...]. Se a gente não tiver esses dados, [...] não tem como criar novos programas [...]”.

P1 ressalta que é importante haver harmonização entre os setores responsáveis pelos recursos humanos na IFES, já que a promoção da saúde do servidor não é apenas responsabilidade do DQV: “[...] porque o DQV sozinho não vai dar conta de Qualidade de

Vida no Trabalho, a gente vai precisar do setor de engenharia, [...] do setor de capacitação, [...] do setor de avaliação de desempenho, [...] do setor de lotação [...].”

De acordo com os discursos dos entrevistados, infere-se que a insuficiência de recursos financeiros, o desinteresse dos servidores quanto às ações educativas do DQV, a desunião entre os setores responsáveis pela gestão de recursos humanos, a obsolescência dos recursos materiais e os ambientes laborais inadequados podem ser considerados como entraves para a promoção de um ambiente de trabalho saudável dentro da IFES pesquisada.

CONCLUSÃO

Este trabalho não conseguiu relatar todas as dificuldades enfrentadas pela Administração Pública nas ações relacionadas à saúde dos servidores. Mas pode ser entendido como um alerta das atuais condições de trabalho das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Condições, muitas vezes inapropriadas, que podem acarretar em danos à saúde, físicos e/ou psicossociais. Além da insalubridade das instalações físicas, é importante mencionar que a terceirização, as privatizações das estatais acentuam a sensação de desvalorização do servidor.

Mesmo com a instituição da PASS, do SIASS e da NOSS, os órgãos públicos ainda encontram dificuldades para promover ações de saúde dos servidores. É desafiador. Nem sempre há recursos materiais, financeiros e humanos suficientes nas instituições públicas. A resistência à mudança também pode ser elencada como entrave nas referidas ações.

Investir na promoção da saúde, através de um ambiente laboral adequado, pode ser entendido como meio de valorização do capital humano, o que reflete na melhoria da imagem das estatais perante a sociedade. Para o usuário significa que os impostos pagos então sendo empregados na melhoria dos serviços em prol da coletividade.

Aumentar os níveis de satisfação no trabalho reflete diretamente na melhoria da qualidade de vida no trabalho e fora dele, podendo também resultar na diminuição de ausências ao trabalho, redução da rotatividade do pessoal, na melhoria da prestação do serviço aos cidadãos.

REFERÊNCIAS

BIZARRIA, Fabiana Pinto de Almeida; TASSIGNY, Mônica Mota. Saúde do trabalhador: experiências de universidades federais brasileiras. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, v. 05, n. 03, p. 72-83, 2013. Disponível em < <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/1556> >. Acesso em 21 maio 2017.

BRASIL. DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em 21 set. 2017.

BRASIL. LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm>. Acesso em: 06 maio 2017.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. Qualidade de vida no trabalho. **Revista de Ciências Humanas**, v. 15, n. 22, p. 90-111, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23495/21163>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

FERREIRA, Mário César; ALVES, Luciana; TOSTES, Natalia. Gestão de qualidade de vida no trabalho (QVT) no serviço público federal: o descompasso entre problemas e práticas gerenciais. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 25, n. 3, p. 319-327, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n3/a05v25n3>>. Acesso em 07 jan. 2017.

LANCMAN, Selma et al. O trabalho na rua e a exposição à violência no trabalho: um estudo com agentes de trânsito. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, n. 21, p. 79-92, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v11n21/v11n21a08.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

LIMONGI FRANÇA, Ana Cristina. **Qualidade de vida no trabalho: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011. 224p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 80 p.

NORO, Carmem Pereira; KIRCHHOF, Ana Lúcia Cardoso. Prevalência dos transtornos mentais em trabalhadores de instituição federal de ensino superior-RS (1997-1999). **Revista do Centro de Ciências da Saúde (Santa Maria)**, v. 30, n. 1-2, p. 104-111, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistasauade/article/view/6401>>. Acesso em: 27 maio 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 6. ed. Campinas, SP: Pontes Livros Ltda., 2005. 100p.

RAMAZZINI, Bernadino. **As doenças dos trabalhadores**. 20.ed. São Paulo, SP: Fundacentro, 2016. 321p. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/publicacao/detalhe/2016/6/as-doencas-dos-trabalhadores>>. Acesso em: 04 maio 2017.

RODRIGUES, Marcus Vinicius Carvalho. **Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 206p.

SANTOS, Thyanne Aparecida Rezende dos. Marco Legal em Saúde e Segurança dos Servidores Públicos Federais: problemas e desafios. 2016. 22 f., il. Monografia (Bacharelado em Gestão em Saúde Coletiva) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SCHULTZ, Cirlene Pombo *et al.* Perfil epidemiológico dos servidores de uma instituição federal de ensino superior do Sul do Brasil. Revista **Brasileira de Tecnologias Sociais**, v. 3, n. 1, p. 25-40, 2016. Disponível em:
<<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rbts/article/view/9747>>. Acesso em: 25 maio 2017.

SOUZA, Zelma Borges de; REIS, Lélia Marília dos. Entre o atender e o ser atendido: políticas em saúde para o trabalhador do serviço público. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 87-106, 2013. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/77745>>. Acesso em: 07 maio 2017.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Editora Atlas, 1995. 175p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.